



## **CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS CONSELHO DE MINISTROS**

### **ATA DE DELIBERAÇÃO**

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de 2005, o Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, formado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, que o preside e pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda e pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no uso da atribuição que lhe conferiu o inciso XIV do art. 6º da Resolução CMED nº 3, de 29 de julho de 2003, decidiu:

- Nos autos administrativos nº 25351-063825/2003-37, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, no sentido de negar provimento ao recurso interposto pela empresa *UNITED MEDICAL LTDA.* para manter o preço inicial do medicamento *Viread* na apresentação *300mg, caixa com 30 comprimidos*, qual seja, R\$ 782,27 (setecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos), sem ICMS de 18% e sem PIS/COFINS de 12,5% e de R\$ 894,02 (oitocentos e noventa e quatro reais e dois centavos), sem ICMS de 18% e com PIS/COFINS de 12,5% como determina o art. 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, regulamentado pela Resolução CMED nº 1, de 27 de junho de 2003.
- Nos autos administrativos nº 25351-298154/2004-12, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Estado da Saúde no sentido de negar provimento ao recurso interposto pela empresa *JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA.* para manter o preço inicial do medicamento *Concerta* na apresentação *54 mg, caixa com 30 comprimidos*, qual seja R\$ 229,63 (duzentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos), como determina o art. 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, regulamentado pela Resolução CMED nº 1, de 27 de junho de 2003.




- Nos autos administrativos nº 25351-297992/2004-50, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Estado da Saúde no sentido de negar provimento ao recurso interposto pela empresa *BAYER S.A.* para manter os preços iniciais do medicamento *Rantudil* nas apresentações *60 mg, caixa com 10 comprimidos* e *90 mg, caixa com 10 comprimidos*, quais sejam R\$ 9,29 (nove reais e vinte e nove centavos) e R\$ 13,93 (treze reais e noventa e três centavos), respectivamente, como determina o art. 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, regulamentado pela Resolução CMED nº 1, de 27 de junho de 2003.
- Nos autos administrativos nº 25351-017520/2004-34, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Estado da Fazenda no sentido de negar provimento ao recurso interposto pela empresa *BAXTER HOSPITALAR LTDA.* para manter o preço inicial do medicamento *Suprane* na apresentação *100% liq inal ct 6 fr vd amb x 240 ml*, qual seja R\$ 1.695,84 (mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), como determina o art. 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, regulamentado pela Resolução CMED nº 1, de 27 de junho de 2003.
- Nos autos administrativos nº 25351-170661/2004-84, acompanhar o voto do Excelentíssimo Senhor Estado da Justiça no sentido de negar provimento ao recurso interposto pela empresa *GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.* para manter o preço inicial do medicamento *Flexalgex* na apresentação *35mg + 300mg + 50mg com ct 30 bl al plas amb x 10*, qual seja R\$ 70,08 (setenta reais e oito centavos), como determina o art. 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, regulamentado pela Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004.
- Nos autos administrativos nº 25351-004254/2001-37, acompanhar o voto proferido, em Sede Recursal, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *PRODOTTI LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA.* por violação aos arts. 3º e 6º, II, c da Medida Provisória nº 2.138-3, de 26 de janeiro de 2001, convertida na Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, e aplicar multa de R\$ 11.049,00 (onze mil e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos).
- Nos autos administrativos nº 25351-005689/2002-72, acompanhar o voto proferido, em Sede Recursal, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA* por violação ao art. 3º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, e ao art. 2º da Resolução CAMEDE nº 11, de 19 de outubro de 2001, e aplicar multa mínima de R\$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos) conforme sugerido.



- Nos autos administrativos nº 25351-005674/2002-11, acompanhar o voto proferido, em Sede Recursal, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL LTDA.* por violação aos arts. 3º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, e ao art. 10 da Resolução CAMED nº 11, de 19 de outubro de 2001, e aplicar multa de R\$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos).
- Nos autos administrativos nº 25351-028095/2001-66, acompanhar o voto proferido, em Sede Recursal, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA.* por violação ao art. 8º da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, e aplicar multa de R\$ 336.785,44 (trezentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).
- Nos autos administrativos nº 25351-005784/2002-03, acompanhar o voto proferido, em Sede Recursal, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, no sentido de se manter a decisão de responsabilizar a empresa *SINTOFARMA S.A.* por violação aos arts. 3º e 6º, II e parágrafo único da Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, combinados com o art. 9º da Resolução CAMED nº 1, de 21 de janeiro de 2002, e aplicar multa de R\$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e doze centavos).

  
**HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA**  
 Ministro de Estado da Saúde

  
**JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA**  
 Ministro-Chefe da Casa Civil

  
**MÁRCIO THOMAZ BASTOS**  
 Ministro de Estado da Justiça

  
**ANTONIO PALOCCI FILHO**  
 Ministro de Estado da Fazenda

  
**LUIZ FERNANDO FURLAN**  
 Ministro de Estado do  
 Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
 Exterior